

# Ulysses será feito vice de Sarney

Emenda a ser aprovada na Constituinte vai garantir sua posição

JOÃO EMILIO FALCÃO  
Repórter Especial

A Assembléia Nacional Constituinte já tem uma missão: aprovar o mais rápido possível uma emenda constitucional determinando a eleição indireta do Vice-Presidente da República a quem caberá presidir. O beneficiado da nova campanha das indiretas será o atual presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), que acumulará os dois cargos.

Essa fórmula preservaria o mandato de seis anos para o Presidente José Sarney, que ficaria protegido contra a pretensão de Ulysses de ser Presidente da República. O grande prejudicado será o futuro Presidente da Câmara — um deputado do PMDB — a quem cabe, pela Constituição, substituir o Presidente em seus impedimentos.

## PODER

A partir de julho último, o Presidente da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, tentou aprovar uma emenda constitucional suspendendo a existência das Presidências da Câmara e do Senado. O Presidente da Constituinte e de uma Grande Comissão, a quem caberia a legislação ordinária, exerceriam suas atribuições e funções.

Em defesa de sua emenda, Ulysses usou argumentos de duas ordens: funcionais e políticas. De acordo com os primeiros, seria uma diminuição o Presidente da Constituinte necessitar de encaminhar ofícios aos Presidentes da Câmara ou do Senado para questões burocráticas. O funcionamento simultâneo da Câmara, Senado e Constituinte causaria um grande tumulto.

A Grande Comissão, composta por senadores e deputados de todos os Estados, caberia a legislação ordinária, o exame de decretos-leis, aprovação de embaixadores e outras designações etc.

## RESISTENCIA

Os senadores foram os primeiros a repelir a emenda, recusando-se a assiná-la, o que tornou inviável sua tramitação. Nem se preocuparam em dizer a Ulysses que não a apoiavam. Desconhecendo o interesse de Ulysses, eles prepararam um projeto de resolução estabelecendo as normas de funcionamento do Senado durante a Constituinte.

Nos últimos dias, Ulysses fez novas tentativas, mas não conseguiu demover os senadores, que temem, inclusive, a adoção do unicameralismo. Sem êxito, foi obrigado a negociar, reunindo-se com a bancada do PMDB no Senado para concordar com a fórmula milagrosa sugerida pelo Planalto: o futuro Vice-Presidente da República presidirá a Assembléia Constituinte.

Não é a que desejava, nem sequer a segunda melhor opção. Fim do período da Constituinte, que não tem prazo, ele será obriga-

do a optar em continuar como Vice-Presidente da República ou como deputado. Claro que, soberana, a Constituinte pode até decidir que o Vice-Presidente, o Presidente da Constituinte, chamar-se-á Ulysses Guimarães, quanto mais estabelecer que o parlamentar eleito para a Vice-Presidência continuará com os dois cargos.

## PREPARATIVOS

A emenda constitucional nº 26, que convocou a Constituinte, é um modelo de habilidade política. A única data que estabelece é a de instalação — 1º de fevereiro. A eleição de seu Presidente, no entanto, não tem data. Foi com base nesse artigo (nº 2 da emenda) que o Presidente Ulysses Guimarães elaborou na última reunião da Mesa da Câmara um projeto de resolução prorrogando os mandatos de seus integrantes.

O objetivo dessa prorrogação seria ganhar tempo para no primeiro mês da Constituinte, onde o PMDB tem maioria esmagadora, aprovar uma emenda constitucional salvadora. Capaz de lhe permitir continuar sendo o Vice-Presidente da República (atualmente ele o é como Presidente da Câmara) e ser eleito para Presidente da Constituinte. Aparentemente não haverá dificuldade porque as decisões na Constituinte serão por maioria absoluta.

Antes, pois, de qualquer decisão de caráter social ou econômico, por exemplo, a Constituinte terá de resolver uma questão institucional ou pessoal, conforme o ângulo de visão. Como poderá o Presidente do PMDB continuar na Vice-Presidência e presidir a Constituinte?

## VANTAGENS

Politicamente, essa solução é um verdadeiro achado. Atende plenamente à reivindicação do Presidente Ulysses Guimarães, que detém o controle do PMDB. Em segundo, deixa o Partido com a garantia de que, em qualquer impedimento definitivo de Sarney, caber-lhe-á a Presidência da República, através de Ulysses. De acordo com os termos atuais, mantém a pretensão de Ulysses de ser eleito Presidente da República porque ele poderá renunciar e se candidatar em 1990, quando estará com 74 anos.

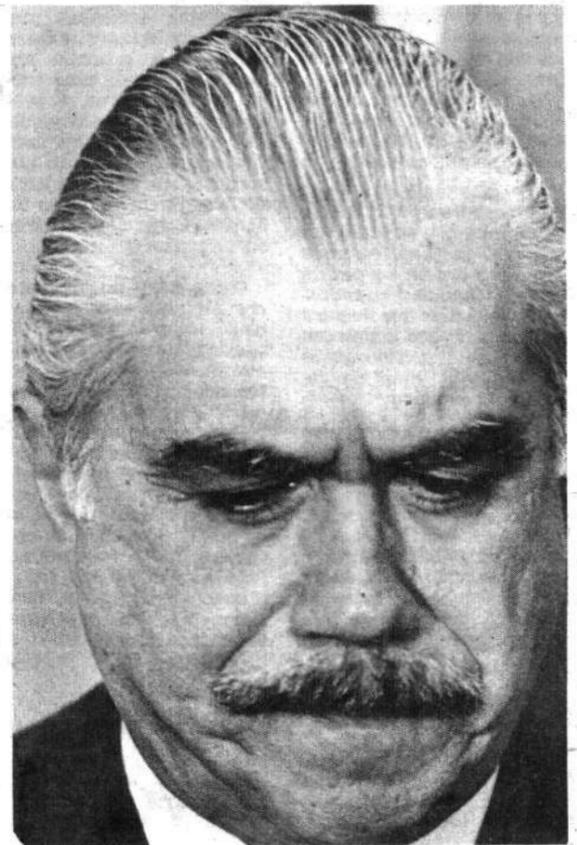
Para o Presidente José Sarney, a fórmula é esplêndida, atendendo a seu desejo de fazer de Ulysses o seu Vice-Presidente. Vários políticos entendem que, com isso, diminuirá a campanha do PMDB para que o mandato de Sarney seja de quatro anos, período com o qual o Presidente Tancredo Neves estava comprometido. Sendo eleito Vice, Ulysses passaria a ter o mesmo mandato de Sarney, o que criaria dificuldades morais ao PMDB para reduzi-lo.

O esquema político foi montado com paciência e habilidade, caracterizada até pela aparente indiferença do Presidente José Sarney com o tempo de duração do seu mandato. Ocorre que as reações já começaram, ainda que tênues. As possibilidades de o Presidente Ulysses Guimarães conseguir aprovar o projeto de resolução prorrogando o mandato dos integrantes da Mesa da Câmara são pequenas, porque os deputados querem eleger o Presidente da Câmara em 1º de fevereiro, como está previsto.

O futuro Presidente da Câmara terá de concordar em perder o direito de substituir o Presidente da República em seus impedimentos. Se ele não concordar, Ulysses poderá sofrer uma nova derrota em sua luta pela Presidência da República, ainda que uma derrota eventual.



Ulysses está articulando para ser o vice de Sarney em definitivo, como presidente da Constituinte



## Constituinte recebe 100 mil sugestões

Educação, salários e agricultura, incluindo a reforma agrária, estão entre os temas mais citados nas sugestões para a futura Constituição recebidas pelo Senado Federal, através do Projeto Constituição, ligado à Comissão de Constituição e Justiça. Das 100 mil sugestões recolhidas até agora, 12 mil foram processadas, com o apoio do Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen).

O processamento — se for colocado para funcionar, o que ainda não ocorreu — ajudará os futuros constituintes a saber o que existe na legislação do País e do exterior sobre determinado tema, como também o grau de preocupação do brasileiro com ele, por sexo, faixa etária e econômica e também por região. Graças ao computador, pode-se obter todos estes dados o que ajuda a traçar o perfil da população interessada em determinado tema.

Das 12 mil 931 sugestões processadas, 9 mil 162 foram enviadas por homens, 3 mil 416 por mulheres e 353 por crianças de até 14 anos.

Para o gerente do Projeto Constituição, William Dupin, o mais importante é que o projeto abriu um canal de comunicação entre o cidadão e a futura Constituinte, já que todo o trabalho se destina a ela.

O projeto inclui o cadastramento de 30 constituintes, abrangendo além das seis brasileiras, as dos Estados Unidos, França, Canadá, Alemanha, Japão, Espanha, Itália e Bulgária, para o que contou com a cooperação de numerosas embaixadas, que ofereceram exemplares traduzidos de suas constituições.

Os dados coletados pelo Prodasen ficarão à disposição dos futuros constituintes a partir da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, a 1º de fevereiro próximo.

Os dados poderão ser consultados também por qualquer pessoa, em qualquer ponto do País, que disponha de um terminal do Prodasen.

Para facilitar o envio de sugestões, o Senado distribuiu envelopes-resposta, com porte postal pago, no Brasil inteiro.

## Votos do interior atrasam totalização

### Da Sucursal

São Paulo — A totalização dos votos, que dará o resultado final, ainda deverá prosseguir por mais alguns dias em São Paulo. Das urnas restantes, a maior parte reúne votos do interior, o que impede de definir a relação de eleitos. Candidatos com redutos regionais que ainda não estão bem situados deverão se eleger e outros, hoje com boa classificação, poderão ficar fora dos 60 lugares reservados para o Estado na Câmara dos Deputados. Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, do PMDB, já garantiram as duas vagas no Senado.

O eleitor de São Paulo desta vez parece que não misturou música e política na hora de expressar seu voto. O trio de intérpretes que o PDS pretendia transgerir para Brasília, formado por Moacir Franco, Vanusa e Nahim — um assíduo frequentador do programa Silvío Santos — ficou fora da lista de mais votados.

São Paulo, que abriga uma das maiores colônias japonesas de todo o mundo, deverá mandar a Brasília talvez cinco de seis descendentes. Pelo PMDB, poderão se eleger Koyu Iha, Mario Hato e, com menos chances, Goro Hama. O PFL e o PT contribuíram com os outros dois, respectivamente Diogo Nomura — que depende do voto da legenda — e Luiz Gushiken, ex-presidente do Sindicato dos Bancários.

O banqueiro do jogo do bicho, Ivo Noal (PDT), e o dono de um jornal de circulação irregular, "Marronzinho" (PTB), tiveram suas candidaturas impugnadas. Os dois já foram condenados na justiça e, por isso, foram considerados inelegíveis. Ivo Noal, que acreditava num recuo da Justiça Eleitoral, publicou em vários jornais um anúncio de primeira página pouco antes da eleição afirmando que era candidato. O TRE não voltou atrás e seus votos foram considerados nulos.

Apenas três futuros deputados constituintes deverão concentrar mais de 10 por cento dos votos válidos. Ulysses Guimarães, Luís Inácio Lula da Silva e Guilherme Afif Domingos chegarão a Brasília carregando na bagagem perto de 500 mil votos cada um.

Ulysses, de 70 anos, foi deputado estadual, deputado federal, ministro da Indústria e Comércio na épo-

ca do parlamentarismo e duas vezes presidente da Câmara dos Deputados. E presidente nacional do PMDB. Também Lula é presidente nacional de um partido — o PT —, e se prepara para assumir seu primeiro mandato parlamentar. Com 41 anos, Lula, torneiro mecânico licenciado, entrou na política através do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Em 1980 foi um dos fundadores do partido que preside desde então.

Já Guilherme Afif Domingos, de 43 anos, fez sua campanha apoiado pela Associação Comercial de São Paulo, da qual é presidente, e empunhando a bandeira da livre iniciativa. Foi secretário da Agricultura no Governo Maluf. Hoje, porém, preferiu procurar seu próprio espaço político, ingressando no PL. A operação foi arriscada, uma vez que esse partido tinha apenas um deputado estadual em São Paulo. Coligado ao PTB e ao PSC, o PL acabou sendo uma das revelações em São Paulo e Afif pode ter "puxado" com seus votos muitos candidatos de outros partidos coligados.

O segundo colocado no PMDB, José Serra, de 44 anos, deverá somar cerca de um quarto dos votos de Ulysses. Ex-presidente da UNE e secretário do Planejamento do Governo Montoro durante três anos, mostrou que sabe tanto de defender suas posições sobre política econômica quanto fazer uma política pragmática, com fim eleitoral. Coordenador da Copag, Serra foi diversas vezes cogitado para ocupar um ministério da área econômica.

Na lista dos mais votados, pelo PDS, o ex-ministro Antonio Delfim Netto, de 58 anos, é uma das estréias mais bem-sucedidas. Economista foi secretário da Fazenda do Estado de 66 a 67 e ministro nos governos Costa e Silva, Médici e Figueiredo. Na gestão de Ernesto Geisel, entre 1975 e 1978, foi embaixador do Brasil na França. Acredita-se que Delfim será uma das lideranças da oposição ao PMDB, principalmente na discussão da política econômica.

Outro estreante do PDS que deverá se situar entre os mais votados do partido é o advogado Arnolf Fioravante, de 55 anos, um dos sócios da Rádio Capital. Ex-diretor de Escola Secundarista, Fioravante se elegeu no vácuo do candi-

dato a deputado estadual Afanásio Jazadji, um dos fenômenos eleitorais da safra. Afanásio, que deverá ultrapassar a casa dos 500 mil votos, tem um programa policial diário na Rádio Capital.

No PT, os candidatos classificados logo abaixo de Lula conseguiram apenas 10 por cento de seus votos. Luís Gushiken, de 36 anos, é um dos que disputam o segundo lugar. Presidente licenciado do Sindicato dos Bancários, Gushiken é membro da direção estadual do PT e uma das mais sólidas lideranças fora do setor metalúrgico.

Pelo PDT, Adhemar de Barros Filho deverá ser um dos dois únicos representantes paulistas na Câmara dos Deputados. De seu pai, o falecido governador Adhemar de Barros, herdou o lacta e o nome, mas não conseguiu transformar o legado em apoio político objetivo. No ano passado, quando concorreu para a prefeitura da capital, acabou desistindo no meio do caminho. Ele pretendia polarizar a disputa com Jânio Quadros, mas as pesquisas apontavam que seus índices despencavam. Relutou em apoiar Fernando Henrique Cardoso quando ainda estava no páreo, mas saiu com um cacife tão esvaziado que seu posterior apoio foi rejeitado pelo PMDB.

Para o Senado, os dois representantes de São Paulo se alinham na chamada esquerda independente do PMDB. O sociólogo Fernando Henrique Cardoso, de 55 anos, ocupou uma cadeira nessa casa nos últimos quatro anos, em substituição a Franco Montoro, de quem era suplente. Ex-presidente da Associação Internacional de Sociologia, durante seu exílio lecionou ciências políticas em diversas universidades, como Sorbonne, Princeton e Cambridge. Foi fundador do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). No ano passado foi derrotado por Jânio Quadros na eleição para prefeito de São Paulo.

Mário Covas, eleito com mais de 8 milhões de votos, tem 56 anos e é engenheiro. Um dos fundadores do PMDB, Covas teve seus direitos políticos cassados em 1968. Deputado federal em duas legislaturas — 1978 e 1982 — entrou no Governo Montoro como secretário dos Transportes e em seguida foi prefeito indicado da Capital.



Brizola: prejudicado?